



ATA N.º 03/2018

Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Luísa Maria Ricardo Alves e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão os Senhores Carlos Filipe Mafra de Sousa, José Alexandre Serra Sales, António de Sousa Pimenta, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Sílvia Alexandra Rato Fonseca Gomes, Milton Hugo Mafra Estrelinha, Daniel Vieira Meco, Maria da Ascensão Quinzico Codinha, João Pedro Azevedo Pessa - eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Abílio José Januário Marques, Sónia Margarida Carreira da Conceição, Zélia Maria Pereira da Costa Piseiro, Vítor Manuel Pereira Parreira - eleitos pelo Partido Social Democrata; João Paulo Quinzico Delgado, Vasco Frederico Pires de Sousa - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho – eleita pelo Bloco de Esquerda; João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques, Presidentes das Juntas de Freguesia de Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente e Senhor José Manuel Ferreira Marques, Secretário da Junta de Freguesia de Famalicão.-----

Os Senhores Valter José Lameiro Soares, Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro e José Filipe Rei Ramalho, solicitaram a sua substituição na sessão. -----

Solicitaram a suspensão de mandato os Senhores Edmundo José Couto Barbosa, Belmiro José Eusébio da Fonte e António Pereira Nunes, do Partido Social Democrata, e por oito dias. -----

Estiveram igualmente presentes os Senhores Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Presidente da Câmara e Vereadores Manuel António Águeda Sequeira, Alberto Madail da Silva Belo, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues e António Gordinho Trindade.-----

Os Senhores Vereadores Salvador Portugal Formiga e Regina Margarida Amada Piedade Matos, não estiveram presentes, sendo justificadas as faltas. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 27 DE MARÇO DE 2018 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. Nos termos do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na sessão. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

A Senhora Telma Ferreira apresentou uma Moção relativa ao ordenamento e fogos florestais, como adiante se tratará. -----

Seguidamente questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre carta enviada pela Múncipe Ana Paula Custódio às várias bancadas partidárias na Assembleia Municipal, onde esta se queixa de situação existente junto da sua habitação, causada por estabelecimento que não cumpre com regras básicas.-----

De imediato tomou a palavra o Senhor João Delgado que efetuou a seguinte intervenção:-----

“Boa noite a todos os presentes nesta assembleia! Desejamos a todos uma boa sessão de trabalho! -----

A CDU na declaração política que hoje apresenta a esta assembleia, pretende eleger o sector primário, designadamente as Pescas e a Agricultura e o seu estado no concelho da Nazaré, como eixo central de reflexão, denúncia e proposta. Como é sabido, este sector estratégico para o desenvolvimento do país não tem tido apoios por parte dos sucessivos governos nacionais, e por consequência, também não tem sido opção prioritária para a maior parte dos governos locais, indo ao encontro dos intentos e desmandos da União Europeia. A palavra resistência pouco quer



dizer à maior parte dos governantes. E a defesa da nossa identidade, cultura e memória colectiva, são questão de menor importância! A opção do Turismo é a mais atractiva, mais fácil, dá resultados a curto prazo e dá mais projecção mediática. No entanto, promoção turística sem produtos de qualidade e em quantidade suficiente para o seu abastecimento, só poderá resultar em mais importações, mais endividamento do país, mais desequilíbrio da balança comercial. Enquanto isso, os nossos campos ficam abandonados, as nossas embarcações encostadas ao cais, e os nossos produtores sem meios nem auxílio para resistir a esta vaga de alienação da capacidade produtiva nacional, e a esta gradual perda de soberania alimentar. Localmente temos visto o executivo municipal a desdobrar-se em esforços no sentido da promoção turística. São várias as presenças no exterior, em feiras de Turismo. Melhor dizendo, estão a ser investidos muitos milhares de euros do erário público na promoção exaustiva de apenas um sector de actividade económica. Questionamos: e os outros sectores? Em que feiras internacionais de promoção de produtos agrícolas ou de produtos da pesca tem a CMN marcado presença? Não terão o mesmo direito? Assistimos a uma erosão drástica dos efectivos na Pesca e na Agricultura, com especial incidência no concelho da Nazaré. Temos dados quantitativos que sustentam isto mesmo. E o que tem feito este executivo para apontar novos caminhos para estas áreas centrais da nossa produção? O executivo municipal, em conjunto com os vários parceiros sociais, tem a obrigação de funcionar como facilitador e farol do desenvolvimento equilibrado de todas as áreas da nossa economia. -----

Não deve por isso eleger investidores nem sectores privilegiados! Logo, exigimos estratégias de diálogo e plataformas de reflexão que permitam encontrar colectivamente soluções. Caso contrário, o desastre acabará por acontecer e o que teremos para oferecer a quem cá reside e a quem nos procura, será apenas e só, uma mão cheia de produtos importados quando temos tanto por onde produzir, no mar e em terra.” -----

De imediato apresentou proposta, para discussão e votação, relativa à criação do Conselho Municipal para o Setor Primário, que adiante se tratará.-----

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Milton Estrelinha, que efetuou a seguinte declaração: --

“Desde finais de 2013 que o Partido Socialista, e os seus eleitos nos diversos órgãos autárquicos, abraçaram o enorme desafio que visava estancar o défice e atenuar o volume de dívida do município da Nazaré e, ao mesmo tempo, dotar o concelho das infraestruturas necessárias às populações locais e a quem nos visita, depois de um desgoverno cuja única obra delegada foram muitas promessas, pouca obra e uma dívida municipal ainda hoje totalmente inexplicável. Esta era uma tarefa que para alguns era impossível de concretizar chegando mesmo a ser preconizada uma datação para a capitulação desta governação, tal era a herança apocalíptica herdada. É verdade que muito foi feito ao longo destes 4 anos e meio: a Câmara Municipal da Nazaré conseguiu amortizar mais de 11 milhões de dívidas, apesar dos sucessivos incrementos da mesma, muito graças a enormes desconformidades e omissões contabilísticas; conseguiu, também desenvolver um plano de ação que se focalizou na reabilitação do espaço público, que após anos de abandono, num processo que será uma longa tarefa até se atingir os efeitos pretendidos; Os Serviços Municipalizados otimizaram a maioria das suas valências sem que para tal fossem necessários aumentos significativos nas taxas e tarifas a cobrar aos utentes e conseguiu-se assegurar a gestão dos RSU, que haviam sido concessionados a uma empresa, num processo muito nebuloso e com quem nunca se assumiram os compromissos financeiros e, ao mesmo tempo reverteu-se o processo de conceção da gestão de abastecimento de água e de saneamento; A empresa municipal era uma entidade em vias de insolvência e hoje esta consegue gerar receitas próprias que a sustentabilizam e, ao mesmo tempo, promoveu-se uma diminuição substancial do volume de despesa corrente que estrangulava a sua ação, muito por culpa da estratégia transata. Foi com o Partido Socialista que se concretizou o maior processo de contratação pública, que visa dotar os serviços municipais de profissionais competentes, nas diversas áreas, quando até há



bem pouco tempo tais serviços eram prestados por colaboradores da empresa municipal. Este projeto autárquico, que alguns apelidavam de ser um chorrilho de promessas, hoje atesta-se que não podiam estar mais errados. -----

Este é um projeto reformista, progressista e que se focaliza exclusivamente nas necessidades do concelho e na projeção do mesmo para patamares evolutivos e de notoriedade de que este concelho nunca deveria ter saído. É verdade que este caminho ainda tem enormes desafios e a margem de erro é ainda muito diminuta, contudo este projeto já provou que passo a passo, tem tido a capacidade de solucionar os obstáculos que se lhe atravessam no trilho. Lamentamos, que apesar de algumas forças políticas reconhecerem esse trabalho, as mesmas continuem sem ideias, sem soluções, tendo como foco, apenas e só, nos problemas, apesar de grande parte destes constrangimentos não terem surgido durante a gestão socialista. Hoje o concelho tem mais e melhores infraestruturas, tem muito menos dívida e detém um reconhecimento nacional e internacional que tem vindo a provocar um efetivo estímulo na economia local. Contudo, sabemos, também, que grandes desafios se adivinham: é importante amortizar mais dívida; é importante reestruturar a mesma como vem a ser feito pela maioria dos concelhos em situação de desequilíbrio estrutural financeiro e é importante concluir os inúmeros e estruturantes projetos que detêm financiamento externo. Temos a perfeita noção que o caminho ainda é árduo, mas é neste contexto de grandes desafios que o Partido Socialista vem mostrando a sua capacidade. Apesar dos ataques pessoais, políticos e de outra índole, este projeto não se desfocaliza dos seus desígnios. Aliás, quanto mais forte for a denominada oposição a este projeto, maior será a capacidade de resposta do PS aos desafios que são necessários superar. Esperamos, pacientemente, que essa oposição construtiva surja, pois só assim o concelho ficará a ganhar. Nunca esquecemos que é o povo quem mais ordena, e foi o povo que delegou no Partido Socialista os destinos deste concelho para o próximo mandato autárquico, naquele que foi o maior resultado obtido por uma força política neste concelho, muito graças ao empenho e à

capacidade dos eleitos desta força política. O Partido Socialista faz parte da história da democracia nacional e é o responsável pelas maiores estocadas de desenvolvimento ocorridas nas últimas quatro décadas de democracia local. Não recebemos lições de ninguém. Somos socialistas e defendemos princípio de combate à desigualdade social, somos democratas e respeitaremos sempre a vontade popular. Não pedimos subserviência política, como tantas vezes ocorreu no passado. O que exigimos é respeito, pelo trabalho desenvolvido; pelo compromisso assumido perante as populações; e pela democracia representativa. O povo escolheu o Partido Socialista para assumir os destinos deste concelho e não permitiremos que outras forças políticas tentem ingerir naquilo que é a ação política a desenvolver no futuro. Aceitamos debate salutar, aceitamos propostas construtivas, mas não seremos permissivos com ações de ingerência naquilo que é a legítima ação governativa deste projeto. O PS nasceu do povo, para o povo e com designios de defesa da liberdade, da democracia, da tolerância e da paz. É um orgulho ser socialista!”-----

De imediato, o Senhor Joaquim Pequicho solicitou o uso da palavra efetuou a seguinte intervenção: -----

“Nesta intervenção política inicial não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação com a decisão de assinatura, pelo Executivo e ratificada pelos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, do Acordo Parassocial da ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, SA, SGPS e as respetivas transições de direitos e deveres para esta Sociedade de Gestora de Participações Sociais, tendo sido criadas as condições definitivas para uma alienação da posição a grupos financeiros e, naturalmente, à privatização das águas.-----

Assistimos de forma recorrente à instrumentalização da empresa municipal Nazaré Qualifica, persistindo num mecanismo de contorno aos procedimentos do Código Contratação Pública, às diretivas europeias e às boas práticas em matérias de contratação pública. Considerando que o regime jurídico da Empresa Municipal Nazaré Qualifica é subsidiariedade o Regime do Setor



Empresarial do Estado, é maioritariamente financiadas pelo Município, está sujeita ao seu controlo de gestão, tenha um órgão de administração diretamente designada pelo Executivo, consideramos ser um Organismo de Direito Público e como tal deverá respeitar os procedimentos previsto no Código.-----

Por último, manifestamos a nossa preocupação em matéria de gestão e proteção dos dados pessoais dos munícipes deste Concelho. Para além da necessidade de aprovar um código de conduta para a utilização por parte do Município das redes sociais, é essencial clarificar as regras e os procedimentos no quadro do Regulamento Geral de Proteção de Dados, criando mecanismos de controlo e gestão dos dados pessoais dos colaboradores e dos munícipes, dando garantias quanto à utilização dos dados, quem tem acesso e para que fins se destinam.-----

REABILITAÇÃO DOS PONTÕES E DESASSOREAMENTO DA FOZ DO RIO ALCOA – MOÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte Moção:-----

“Aquando da construção do Porto da Nazaré desenvolveu-se, na execução do mesmo projeto, o desvio do curso do ria Alcoa e, conseqüentemente, a localização da sua foz. Passados 40 anos é evidente a necessidade de desencadear ações de reabilitação dos pontões, então criados na desembocadura da foz do rio Alcoa, na confluência com o Oceano Atlântico, uma vez que durante o tempo de duração dessa infraestrutura não existiram quaisquer ações de reabilitação, de que advém a aceleração da degradação estrutural desta importante infraestrutura. Ao mesmo tempo é fundamental que se desenvolvam ações de desassoreamento da foz do rio Alcoa, já que é recorrente a necessidade de proceder a ações, muitas vezes realizadas por privados, na condição de detentores de propriedades que são colocadas em risco, com vista a evitar o alagamento de extensas áreas de cultura agrícola e de pastagem, assim como de algumas habitações rústicas. Por considerarmos que estas ações são muito importantes para a supressão das ocorrências referenciadas e de eventuais riscos futuros propomos que caso esta moção seja aprovada, a

mesma seja remetida para as entidades abaixo descritas com vista a que sejam diligenciados esforços de concretizar estes dois importantes projetos para o concelho da Nazaré: - Ministério do Planeamento e das Infraestruturas; - Secretário de Estado das Infraestruturas; - Ministério do Ambiente; - Ministério do Mar; - Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.” -----

A Moção foi aceite por unanimidade, para discussão e não existindo intervenções foi colocada à votação, sendo aprovado com dezoito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e seis votos contra do Partido Social Democrata. -----

De seguida questionou o executivo sobre os Planos de Segurança nas Escolas.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este informou a Senhora Telma Ferreira quanto ao assunto apresentado relativo à Muniçipe Ana Custódio, indicando que estão a decorrer os seus trâmites na Divisão de Planeamento Urbanístico, estando resolvido há muito tempo, indo receber resposta escrita.-----

Sobre as questões apontadas na declaração política, falou sobre o desenvolvimento turístico no concelho, a sua promoção no exterior e exemplificou a requalificação no Mercado e a venda dos produtos locais é uma das situações existentes, dinamizando e dando condições a quem o frequenta. Sobre os apoios tem havido colaboração da Oestecim na realização das feiras de atividades, e exemplificou com a presença da Associação 5 Rios, para o escoamento dos produtos agrícolas de Valado dos Frades. Lembrou o apoio dado à firma Alitec, que iniciou a construção do pavilhão na Área Empresarial de Valado dos Frades com uma produção de derivados de frutas, garantindo o escoamento da produção frutícola, inclusivamente para exportação. Na área da pesca, pretende-se a revisão do limite da captura de peixe. Tem havido um contributo para a resolução dos problemas ligados às pescas, bem como para a recuperação dos molhes do Porto da Nazaré e do Rio Alcoa.-----



O Senhor Orlando Rodrigues informou sobre vistorias efetuadas a anomalias detetadas nos Centros Escolares e Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré, aguardando-se a sua execução, por falta de capacidade da entidade responsável pela execução dos trabalhos.-----

O Senhor Abílio Marques contestou o método desenvolvido pela Mesa na condução dos trabalhos, ao não respeitar a sequência das intervenções, dado ter dado a palavra ao Presidente da Câmara, em detrimento da aceitação das questões já apresentadas pelos membros e lembrou o que foi discutido e acordado em sede da Comissão Permanente, relativamente aos tempos a utilizar pelo executivo, não podendo continuar a acontecer estas ocorrências.-----

O Senhor José Sales contestou a posição do Senhor Abílio Marques, porque o está a ser feito é a resposta às questões colocadas. -----

O Senhor Joaquim Pequicho contrapôs esta posição do Senhor José Sales, com o seu desconhecimento do Regimento e referiu que se está a assistir na sessão a estratégias políticas, devendo dar-se espaço neste período às forças políticas para poderem intervir, seguindo-se a ordem de trabalhos previamente estabelecida, devendo os trabalhos decorrer com normalidade, não se pretendendo cortar a palavra ao executivo. -----

POR UM CONCELHO DA NAZARÉ COM MELHOR ORDENAMENTO FLORESTAL E MAIOR RESILIÊNCIA AOS FOGOS - MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte moção:-----

“POR UM CONCELHO DA NAZARÉ COM MELHOR ORDENAMENTO FLORESTAL E MAIOR RESILIÊNCIA AOS FOGOS - MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA-----

Considerando que:-----

i. O ano 2017 foi dramático para o nosso distrito e região, dada a severidade e a extensão dos fogos que afetaram florestas e diversas infraestruturas essenciais ao bem-estar da população e para o desenvolvimento de muitas atividades socioeconómicas; -----

- ii. Apesar das condições climáticas extremas terem aumentado a suscetibilidade das áreas florestais aos fogos, sabe-se que tudo poderia ter sido diferente se tivéssemos um ordenamento florestal mais evoluído e capaz de garantir maior resiliência das áreas florestais assim como maior capacidade de resposta e intervenção por parte da proteção civil e restantes instituições;---
- iii. Para que se respeitem todas as vítimas e lesados dos fogos ocorridos é necessário que a situação não se repita no futuro e para tal é urgente reforçar o ordenamento florestal em todo o país e em cada concelho, agindo prioritariamente na prevenção; -----
- iv. Desde 2007, todo o território nacional possui um Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) aprovado e em vigor, sendo que no concelho da Nazaré, vigora o PROF do Oeste. -----
- v. Constituem objetivos gerais dos PROF, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da Lei de Bases da Política Florestal: "a avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes; a definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal; a identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, e a definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços";-----
- vi. A aplicação dos PROF trata-se de um contributo essencial do sector florestal para os outros instrumentos de gestão territorial, em especial para os planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, Planos de Pormenor e de Urbanização, no que respeita especificamente à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais;-----
- vii. Os PROF estão atualmente em fase de revisão (Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro; Despacho n.º 781/2014), prevendo-se a entrada em vigor das novas versões durante o primeiro semestre do ano corrente, com a redução do número de PROF e respetivo redimensionamento da abrangência territorial; -----



- viii. Cada município deve garantir a construção e a aplicação de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de forma a operacionalizar a nível local e municipal as normas contidas nas seguintes instâncias: legislação de defesa da floresta contra incêndios, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho e no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro; no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) (Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio); nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF); e Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI); -----
- ix. A dimensão e o impacto dos incêndios ocorridos durante o ano 2017 representam, por um lado, prova inequívoca da reduzida aplicação das medidas previstas nos diversos planos ordenamento e defesa da floresta, por outro, um fator incontornável para o planeamento futuro e que pode obrigar à revisão dos diversos planos. -----
- x. O concelho da Nazaré ainda não possui a 3ª geração do Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios (despachos n.º 443-N2018 e n.º 1222-B/2018); -----
- xi. A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, estabeleceu para o ano de 2018 um regime excecional aplicável às faixas secundárias de gestão de combustível, nomeadamente no que respeita à intervenção dos municípios, situação que é clarificada pelo Decreto-Lei 10/2018, de 14 de Fevereiro; -----
- xii. Os proprietários florestais deviam ter garantido a limpeza das referidas faixas até ao passado dia 15 de Março, podendo os mesmos concretizar a operação até ao dia 31 de Maio caso pretendam evitar as coimas consequentes, independentemente de já ter ocorrido o levantamento do auto por parte da GNR; -----
- xiii. As Câmaras Municipais devem garantir que as faixas secundárias de gestão de combustível são limpas, estando as mesmas autorizadas a notificar os proprietários informando-os de que se vai fazer substituir na ação que estes deveriam ter feito, cobrando os custos de limpeza. Esta não

é uma competência nova, pois também está prevista no n.º4 e n.º5 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho; -----

xiv. A Câmara Municipal tem o dever de tudo fazer para garantir a segurança da população local e visitantes, e pugnar por um território ordenado e resiliente aos fogos. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 20 de Abril de 20 ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: -----

1. Questionar o ICNF sobre a data de lançamento dos novos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e apelar à celeridade na sua concretização dadas as necessidades de intervenção sobre as áreas ardidadas durante o ano 2017; -----

2. Desencadear um processo urgente de revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, de forma a garantir a integração de todas as medidas de ordenamento florestal previstas no PROF que abrange o nosso concelho assim como a recente legislação de defesa da floresta. -----

3. Recomendar à Câmara Municipal da Nazaré a elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios de terceira geração, em conformidade com os despachos n.º 443-N2018 e n.º 1222-B/2018 e com o respetivo PROF; -----

4. Garantir que as faixas secundários de gestão de combustível são efetivamente intervencionadas em tempo útil para a prevenção de incêndios, devendo a intervenção municipal iniciar trabalhos nas zonas de maior risco de incêndio; -----

5. Criar plataforma digital de informação à população, em articulação com o ICNF, com mapeamento das faixas secundárias de gestão de combustível, delimitação de zonas de intervenção prioritária, calendarização e concretização dos trabalhos; -----

6. Enviar esta Moção aos presidentes de câmara e aos presidentes das Assembleias Municipais de todos os municípios do distrito de Leiria com pedido de divulgação a todos os grupos municipais, como forma de apelo a que todos sigam o mesmo processo.” -----



*A moção foi aceite pela Mesa para discussão e votação, não se tendo registado intervenções.-----
Deliberado aprovar, com três votos a favor do Bloco de Esquerda e Coligação Democrática
Unitária e vinte e uma abstenções dos restantes membros. -----*

***CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA O SETOR PRIMÁRIO – PROPOSTA DA
COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA***

*Como atrás fora indicado, o Senhor João Delgado apresentou a proposta que se transcreve:----
“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para discussão e
votação a seguinte proposta:-----*

*Tendo em conta os pressupostos apresentados na nossa declaração política, anteriormente lida,
vem a CDU, na tentativa de implementar dinâmicas que possam desbloquear caminhos e
apresentar soluções para o sector primário no concelho da Nazaré, propor a esta assembleia que
aprove uma proposta, a ser implementada e dinamizada pelo executivo municipal, de criação do
conselho municipal para o sector primário – Pescas e Agricultura. -----*

*A referida comissão deverá reunir conjuntamente, unindo as problemáticas que são transversais
às Pescas e à Agricultura. Pois o debate ao nível de estratégias de distribuição, promoção,
valorização e comercialização dos produtos são de interesse comum e deverão ser valorizados em
conjunto. -----*

*Naturalmente, naquilo que é incompatível a comissão deverá desdobrar-se em duas subcomissões
para assuntos específicos de cada sector produtivo. -----*

*Pensamos que desta forma, através do diálogo permanente e da partilha de experiências,
podemos encontrar, em conjunto, caminhos de interesse, não só para as áreas em causa, mas
para um desígnio que deve ser comum. -----*

*Quando é detectada a manifesta incapacidade de organização de qualquer área da nossa
sociedade, por razões que são as mais variadas, cabe às instituições públicas e aos vários
organismos democráticos apontar os caminhos a seguir! -----*

É pois essa a proposta: criação do conselho municipal para o sector primário.” -----

O Senhor Vasco Sousa efetuou algumas considerações sobre a proposta agora apresentada e o que se pretende é a criação de uma mais-valia para a fruta produzida no nosso concelho, podendo criar-se uma marca nossa, e informou que, a que tem sido vendida, é como se fosse produzida no concelho de Alcobaça.-----

Seguidamente, o Senhor João Delgado pretendeu rebater a posição do Presidente da Câmara, relativamente ao turismo, que considera muito importante para o desenvolvimento do concelho, mas não deve existir a sua monocultura e quanto à questão das pescas e captura da sardinha, foi unicamente o Grupo Local do Porto da Nazaré que deu os seus contributos.-----

Não existindo mais intervenções e colocado o assunto à votação, foi deliberado rejeitar, com nove votos a favor da Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e Partido Social Democrata, a abstenção do Senhor José António Ramalhal Lopes e catorze votos contra do Partido Socialista. -----

O Senhor José Sales declarou que esta proposta não faz nenhum sentido pois a Assembleia é um órgão fiscalizador e não decisório.-----

O Senhor João Delgado declarou que ficou bem vincado, através da posição dos seus membros, que o Partido Socialista recusa que se constitua um organismo de reflexão coletiva para encontrar soluções para o setor primário, que possam melhorar a vida de quem depende da pesca e da agricultura, pretendendo que se passe a recomendação ao executivo.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveram-se os Senhores:-----

António Azeitona – Abordou a questão de urbanismo na Nazaré, e lembrou situações existentes, que se passaram consigo próprio aquando do licenciamento de empreendimento da Nazaretur ou da firma Meneses e situações ocorridas em anterior mandato ao do Partido Socialista aquando da construção da Rua Branco Martins e cedências de terrenos para o Município para criação de



vias.-----
António Caria dos Santos – Questionou sobre situação que tem aparecido nas redes sociais, relativamente a notícia em que o Município da Nazaré pretende efetuar a privatizar as Águas da Nazaré, e lembrou situação idêntica e anteriormente ocorrida para o mesmo efeito.-----

Fábio Maranhão – Solicitou informação sobre ordem recebida da Câmara Municipal para retirar material seu das instalações do CARSurf, situação que está a ser tratada pelo Senhor Pedro Pisco.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta às intervenções efetuadas, informou que os processos que o Senhor Azeitona apresentou datam de 1998, que é estranho ao atual executivo, e que as posições agora tomadas, foram efetuadas de acordo com a informação dos serviços camarários.-----

Relativamente à segunda questão, informou que a Câmara Municipal não pondera nem pretende privatizar as Águas no Concelho, refutando os boatos existentes, que pretendem enganar a população. Sobre o assunto do Acordo Parassocial, que é o que está em causa, o Senhor Eng.º Tiago Pimpão, dos Serviços Municipalizados da Nazaré prestou as informações técnicas.-----

Por último, referindo-se aos veículos existentes no CARSurf, o Senhor Presidente da Câmara informou, que se encontram lá, há largos meses, não estão em bom estado e dão uma má imagem às instalações. Daí a ordem da sua retirada. Lembrou que a Câmara sempre apoiou o atleta Fábio Maranhão e exemplificou com os apoios dados aquando da sua deslocação à Bolívia para entrar em competição naquele País.-----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – Apreciação

Sobre o assunto em questão, o Senhor João Delgado apresentou os seguintes comentários/questões:-----

Cultura e património

1. No relatório enviado, é referido, no final do 3º parágrafo, (teatro) o projeto integrado no Plano Cultural do Município: Que plano é este? Como foi preparado? Com quem foi discutido? Gostaríamos de ter acesso a ele?-----

2. **Programação cultural do Cineteatro:** este é um facto já aplaudido pela CDU, no entanto temos verificado várias lacunas inerentes como trocas sistemáticas no agendamento dos espetáculos e, mais grave, o cancelamento de vários espetáculos. A que é que isto se deve? -----

Entendem que a publicidade aos eventos é a mais eficaz? -----

3. **Museu Joaquim Manso:** Tendo em conta mais um processo de desresponsabilização do estado central face às suas mais elementares obrigações, assistimos a mais um mau exemplo de desinvestimento público nos equipamentos culturais para justificar a municipalização dos mesmos. Se já assistimos à asfixia imposta pelo impetuoso desejo de tudo controlar, por parte do executivo municipal, eis que mais um equipamento lhe vem parar às mãos. Esperamos cá estar para ver, com o MDJM, o que tem acontecido a vários museus como o de Castelo Branco ou Aveiro, desde que passaram para a gestão municipal – Ou seja, não ganharam nada com isso, apenas serviram para promover visões impreparadas e de promoção política dos executivos municipais. -----

Gostaríamos de saber o seguinte: o que vai acontecer com o quadro de pessoal dos funcionários do MDJM. Passam a ser Funcionários da CMN? -----

Quem será o seu futuro Director? -----

4- **S. Gião:** Há alguns desenvolvimentos concretos e seguros nesta matéria? -----

Economia

Neste ponto referir que há muito que consta no relatório de atividade da CMN, que a área vendida da ALE é de 70%. No entanto, a cada nova venda os 70% continuam a ser a referência. Há aqui qualquer coisa que não bate bem! Se continuam a vender lotes e já a área alienada era



70% há vários meses, nesta fase já estaríamos a alargar o perímetro da ALE para implantação de novas unidades empresariais. -----

É referido que esta empresa criará 10 novos postos de trabalho. Só em termos comparativos, e numa área que está completamente esquecida pelo executivo municipal, uma traineira da sardinha emprega diretamente 20 pessoas! -----

Equipamentos e obras Públicas

Nesta área, e porque se aproxima a conclusão das obras da Marginal, aquilo que se nos oferece questionar é o seguinte: -----

Numa câmara com tantas dificuldades económicas, com um desonroso 1º lugar no ranking das câmaras que mais tempo leva a pagar a fornecedores, esta obra, feita desta forma, causando tantos constrangimentos, designadamente ao comércio local, era uma prioridade efetiva? -----

Não haveria soluções menos onerosas e mais céleres na sua execução? -----

Foi revista e arranjada a canalização águas e de saneamento de águas pluviais em toda a extensão da obra para evitar rebentamentos, como já se verificou? -----

Turismo

Como já anteriormente referimos: Não é só o turismo que deve abarcar todo o investimento público com a presença em feiras internacionais. Outros sectores também carecem das mesmas medidas de promoção! -----

Por último:

Em que ponto estão os Planos de Emergência e Evacuação das escolas sobre tutela da CMN?

Qual o endereço onde se pode encontrar na Internet o nome e os vencimentos dos membros nomeados para os gabinetes autárquicos? -----

Quanto às finanças autárquicas: A que se deve o aumento de mais de 1,5 M€, relativamente a igual período do ano passado? -----

O Senhor Abílio Marques questionou quem representou o Município nas feiras de turismo

realizadas. Referindo-se ao Relatório de Contas, na parte da receita, é indicado que foram alienados 70% dos lotes da ALE e porque esta situação não é refletida em termos de orçamento municipal, apesar de ser a empresa municipal Nazaré Qualifica a intermediária no negócio. Na despesa, está estupefacto sobre as despesas de juros em processos judiciais e quais os processos, dado ser grande a verba referida e qual o valor que tem que se pagar relativamente aos processos judiciais do Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que os últimos lotes vendidos foram lotes pequenos. Sobre a obra da Marginal foi desenhada conformes orçamentos comunitários. Sobre o prazo de pagamentos, da dívida, têm sido efetuados pagamentos à banca, pretendendo-se o seu abaixamento. Quanto à representação nas feiras, o Município é representado pelas técnicas de turismo, podendo ele próprio estar presente. Sobre os terrenos municipais, a Nazaré Qualifica processa a venda dos lotes e esse valor é posteriormente apresentado à Câmara.-----

O Senhor Vereador Manuel Sequeira informou que o teatro de comunidade é um projeto da Biblioteca Municipal, pretendendo-se transportá-lo para as escolas, estando numa fase embrionária. Tem havido algumas alterações à programação do Cine-teatro, dado estar-se numa fase inicial, com uma educação dos públicos.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o processo de S. Gião está em fase de candidatura, esperando que para o próximo mês de Maio a sua execução seja uma realidade.-----

A solicitação do Senhor Presidente da Câmara, a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira prestou informação técnica sobre os pagamentos dos juros à Águas do Oeste; sobre os membros nomeados, indicou serem dois secretários, para os gabinetes da presidência e da vereação, cujo vencimento corresponde ao indicado na lei, estando indicados no portal do Município.-----

O Senhor Abílio Marques, face à informação atrás indicada, questionou quanto aos pagamentos efetuados pelo Tribunal e que seja dado um cabal esclarecimento público sobre este assunto.



Referiu-se também à questão da alienação dos, lotes da ALE, faltando a indicação dos lotes vendidos e o que falta vender, não estando refletido estas vendas no orçamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou informação da Chefe da Divisão Administrativa, tendo esta efetuado um historial dos processos da Águas do Oeste e a tramitação havida com as retenções efetuadas no Fundo de Equilíbrio Financeiro, à ordem do Tribunal.-----

O Senhor Presidente da Câmara referindo-se ao atual mandato, disse estarem em dia estes pagamentos, não só com a Águas do Tejo, bem como com a Valorsul; quanto aos pagamentos, a Nazaré Qualifica irá efetuar este ano os movimentos contabilísticos a favor da Câmara Municipal.-----

O Senhor Vasco disse não concordar com a resposta dada relativa à falta de público nas atividades culturais, devido à falta de atividades culturais no primeiro mandato do Partido Socialista. -----

O Senhor João Delgado voltou a solicitar respostas a questões atrás apresentadas, que têm a ver com o ponto da situação da Comissão Municipal de Cultura, do projeto do Teatro, do Plano Cultural do Município, entendendo dever existir um investimento municipal na Cultura.-----

O Senhor Joaquim Pequicho solicitou informação sobre valores da dívida à Águas do Portugal e se corresponde a mandatos anteriores a 2013, tendo a Chefe de Divisão Administrativa informado que a partir de Fevereiro de 2014, este setor passou para os Serviços Municipalizados.-----

O Senhor Abílio Marques solicitou informação sobre a cedência de competências da Câmara Municipal para a Nazaré Qualifica, visto que os terrenos da ALE não são pertença desta entidade e as vendas não estarem refletida nas receitas municipais.-----

O Senhor João Delgado referiu que a dívida recebida não foi só do executivo do Partido Social Democrata / Jorge Barroso, nas também do executivo do Partido Socialista / Luis Monterroso.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2017, DA

CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ E SEUS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS –

Apreciação e votação

O Senhor Joaquim Pequicho disse verificar que o valor da dívida aumenta, os encargos com pessoal e aquisição de serviços aumentaram, fazendo uma apreciação global dos documentos em presença, devendo resolver-se este problema, com o aumento das despesas e a diminuição das receitas, não devendo continuar-se a bater sempre na mesma tecla, verificando que não há diminuição da dívida, não podendo evocar-se o passado para a não resolução da dívida.-----

O Senhor João Delgado efetuou a seguinte intervenção:-----

“Depois de uma campanha eleitoral, baseada, por parte do PS local, no factor dívida, eis que as contas resolvem a questão da verdade e da mentira. A dívida subiu, em vez de descer de forma consolidada como se pretende e como está obrigada. -----

Mais uma vez o PS local mentiu aos eleitores e ao povo nazareno! -----

Se há 5 anos foi com base na mentira eleitoral da não assinatura do PAEL, que rapidamente assinou, logo que chegou ao governo municipal. Agora foi com o abaixamento da dívida que afinal estas contas comprovam não ser verdadeiro. -----

Sempre alertámos para este mais do que evidente cenário no futuro, devido às guerras que este executivo comprou contra empresas e trabalhadores despedidos, que ainda não sabemos como irão acabar, mas também devido à forma arrogante, autoritária e pouco transparente como tem levado a condução da gestão autárquica nos seus mandatos. -----

É pois, por demais manifesto que este executivo não está a demonstrar capacidade para a resolução dos mais graves problemas da autarquia. Está sim preocupado com o seu já habitual folclore de propaganda de acções, que está já provado não resolverem os problemas do município, nem tão pouco da maioria da população local. -----

A continuarem assim, prevemos que dentro de muito pouco tempo, se é que não acontece já hoje,



vão ter graves problemas de liquidez para pagar as mais simples facturas, como aconteceu nos últimos mandatos do PSD. -----

A maioria dada pela população, que percebemos bem a que se deveu, dado o volume de participantes nas listas do PS que agora estão contratados pelas várias entidades municipais, por despedimento, em tempos, de outros trabalhadores, leva-nos a concluir que para os líderes do PS local vale tudo para materializar os seus fins. -----

Não nos interessa saber o que se passa dentro da estrutura do PS local. Sabemos, isso sim, que nestas contas, as transferências para as Juntas de Freguesia e para a Empresa Municipal não atingiram os valores orçamentados e obrigatórios transferir por via dos vários contratos programa assinados. Transferem-se as competências para executar obras, mas não as verbas para as realizar. Não poderíamos ter melhor exemplo do que o que se passa ao nível nacional com as conhecidas transferências de competências para os municípios por parte dos governos. Este é um problema que os presidentes das Juntas de Freguesia devem resolver com o executivo municipal, para poderem explicar aos seus fregueses as razões de não poderem resolver mais problemas às populações. -----

Dado que as contas das entidades autárquicas continuam a ter as já habituais reservas dos Revisores Oficiais de Contas e as manifestas e crónicas faltas de elementos essenciais à sua boa explicação e compreensão, não pode a CDU votar estas contas de outra forma que não seja contra. "-----

Na sequência, o Senhor José Sales contrapôs a intervenção efetuada, lembrando a questão do desemprego que baixou nos últimos meses do ano anterior e a criação de melhores condições de vida aos munícipes da Nazaré e por muito que não se queira, toda esta situação reflete-se pelas dívidas vindas do passado.-----

O Senhor Joaquim Pequicho lembrou os trabalhadores da Nazaré Qualifica que foram despedidos, ao que o Senhor José Sales respondeu que esta foi uma decisão do Município.-----

O Senhor João Delgado lembrou que este executivo protagonizou o primeiro despedimento coletivo nesta autarquia, ao que o Senhor José Sales respondeu que este executivo protagonizou a maior contratação pública efetuada.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se poderia reduzir mais a dívida, em detrimento de algumas beneficiações efetuados por todo o Concelho, bem como a opção de se não continuar a pagar à CGA, não se efetuar pagamentos, não aumentar encargos com pessoal e outros. Pretende-se criar melhores condições no Concelho para todos. Todas as receitas servem para pagar dívida e investimento, pretendendo-se inverter os défices existentes e para isso não pode existir um 'superavit'. É normal existir aumentos nos encargos, mas há necessidade de existir investimento, com algumas obras que serão lançadas e têm sido integralmente pagos os valores às Juntas de Freguesia.-----

O Senhor Joaquim Pequicho lembrou que nem só foram os membros do Partido Social Democrata a fazerem parte dos anteriores executivos, deles também fazendo parte vários elementos do Partido Socialista.-----

Na oportunidade, foi dado a palavra ao Dr. Paulo Silva, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que prestou diversas informações técnicas sobre a documentação em apreciação

A Senhora Maria de Fátima Duarte questionou o Presidente da Câmara sobre a sua declaração, ao afirmar que o Partido Social Democrata nada tinha feito em quinze anos de mandato, com uma despesa de 150 milhões de euros, pois todos os executivos têm passado, devendo respeitar-se as escolhas da população e o Partido Social Democrata tem sido eleito maioritariamente em vinte anos.-----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta às afirmações produzidas, informou que o Partido Socialista nos anteriores mandatos tinha retirado a confiança política aos seus Vereadores. Referindo-se aos 150 milhões de euros gastos, disse que houve alguma coisa que o Partido Social Democrata tinha feito, exemplificando com a construção dos Centros Escolares, mas quem os



pagou foi o executivo do Partido Social Democrata.-----

Não existindo mais intervenções passou-se à votação do assunto em apreço, sendo deliberado, aprovar, com quinze votos a favor do Partido Socialista e nove votos contra do Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e Partido Social Democrata. -----

A Senhora Telma Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda vota contra a Prestação de Contas do Exercício Económico do Ano de 2017, por divergir da matriz de governação e das prioridades políticas geridas pelo Partido Socialista.-----

A ética deste Partido Socialista não é feita por ‘todos’, nem feita para ‘todos’.-----

Os membros do Partido Social Democrata apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

“Acompanhamos a posição de voto contra já expressada na intervenção dos vereadores eleitos pelo PSD em sede de reunião de câmara, assim como, subscrevemos a respetiva declaração de voto. Verificamos que persistem as reservas de Certificação Legal das Contas da Câmara Municipal da Nazaré referentes ao exercício económico de 2017, por parte da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, particularmente, as reservas quanto ao Imobilizado, insistindo em não refletir nas suas demonstrações financeiras as operações de alienação de lotes da zona industrial realizadas até 31 de Dezembro de 2017 e assim, mascarar o aumento da dívida do Município verificada no último ano. Perante as reservas espelhadas no relatório de auditoria e após análise dos documentos de suporte, verificamos razões bem fundadas para votarmos contra esta opção da gestão dos dinheiros públicos, isto é, uma diminuição gradual dos proveitos (-4,8%) e uma preocupante súbita dos custos, superior a 19,8%, relativamente a 2016, invertendo drasticamente a tendência de controlo da despesa.-----

Esta opção de gestão coloca-nos cada vez mais longe do limite de endividamento calculado pela DGAL e assim, podermos recuperar a capacidade de decisão quanto à carga fiscal que recai sobre as famílias e empresas.-----

Verificamos que contrário ao proclamado na campanha eleitoral por parte do Partido Socialista a dívida permanece, de acordo com números do município, elevada, fixando-se em 31 de Dezembro de 2017 em 34.798.697,49 €.”-----

O Senhor Milton Estrelinha apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“Os membros da Assembleia Municipal da Nazaré, eleitos pelas listas do Partido Socialista votam favoravelmente a Prestação de Contas de Câmara Municipal e Serviços Municipalizados da Nazaré por considerarem que este documento reflete um investimento muito assinalável na requalificação dos espaços públicos municipais; um considerável investimento na promoção do concelho que vem gerando um estímulo na economia local e um esbater assinalável na sazonalidade turística. É verdade que a amortização de dívida não foi a que todos pretendíamos mas, contrariamente ao que sucedia durante a anterior gestão social-democrata, tal é justificado pela necessidade de concretizar projetos financiados como a ALE de Valado dos Frades; a reabilitação de espaços públicos como a Avenida Marginal e as Praças Bastião Fernandes e da Praça de Touros; a pavimentação de diversas artérias do concelho. Acreditamos que os próximos anos espelharão mais amortização de dívida, mas não poderemos esquecer que no ano corrente e no seguinte serão executadas importantes obras como o novo Centro de Saúde da Nazaré; o Centro Escolar de Famalicão, o Largo da Fonte Velha no Sítio e o novo Terminal Rodoviário, que após anos de impasse finalmente serão uma realidade. Tal como sucedeu na aprovação do orçamento para o ano de 2018, é legítimo que outras forças políticas não se revejam neste projeto, mas terão de explicar aos munícipes as razões que os levam a declinar este modelo de gestão que tornou sustentável as três entidades municipais, amortizou dívida e executou obra como nunca se havia assistido no passado. Hoje já ninguém duvida da amortização de dívida concretizada em 4 anos e meio, assim como não conseguem negar as ações desenvolvidas, uma vez que estão à vista de todos. Os eleitos do Partido Socialista consideram que com rigor financeiro e com critério este projeto ficará na história do concelho, quer alguns gostem ou não.



A diferença é que desta feita ficará na história por ações positivas e não por razões negativas como sucedeu no passado. Temos a certeza que ainda muito há por fazer, contudo acreditamos que este modelo reflete o projeto político que foi sufragado em outubro de 2017 e que os desafios serão superados, um a um, como tem vindo a suceder durante a gestão do Partido Socialista.” ---

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Mais uma vez somos chamados a verificar e a dar o nosso aval às contas da autarquia. -----

Mais uma vez somos confrontados com o mesmo de sempre, falta de dados `que_ permitam uma leitura real da catástrofe em que continuamos mergulhados. Mais uma vez compreendemos que as contas continuam a reflectir a falta de rumo certo para este concelho. Mais uma vez reconhecemos que existe falta de trabalho por parte do executivo para colocar na contabilidade os registos do inventário de bens da autarquia, visto que agora já não há a desculpa das penhoras pelos credores, pois afirmam que já resolveram esse problema. -----

Mais uma vez constatamos que o ROC não emite a sua opinião sem as habituais reservas e sem os também já muito conhecidos avisos, como se verifica no seu relatório. Relatório esse, aliás, que mais não é que urna cópia do de anos anteriores, apenas mudando as datas e os valores, comprovando assim a tal falta de trabalho que referimos. -----

Poderíamos continuar, pois não nos faltam razões. Mas basta fixarmo-nos exactamente no relatório do ROC, para não termos qualquer dúvida em afirmar que estamos certos quanto ao nosso sentido de voto. -----

O que levou a que mais um ano se passasse sem que se cumpra com uma das obrigações há muito detectadas do registo das propriedades da autarquia, é uma demonstração inequívoca de falta de trabalho e de exigência e rigor. Para o ano é que é! -----

Não basta falar-se e propagandear-se em campanha eleitoral o abaixamento da dívida, sem a

necessária demonstração concreta e objectiva de todos os dados financeiros que levam a essas afirmações. Nestes documentos conseguimos exactamente perceber o contrário: a dívida subiu!--- Já no ano passado afirmámos isto e apresentámos aqui os factos retirados das contas. Este ano não o iremos fazer, pois os dados lá inscritos falam por nós, tal como a confirmação de primeiro município do país que mais tempo demora a pagar aos fornecedores. Isto não dá a imagem de frescura e de limpeza das contas que este executivo quer, à força, fazer passar. ----- Sempre aqui referimos que as contas da autarquia estão para lá do fundo. Assim continuam! Esta convicção continua a ser uma realidade, apenas atenuada pelo enorme aumento de impostos, de tarifas e taxas, colocados às costas da população que, essa sim, merece todo o nosso apoio e a nossa solidariedade pela eventual atenuação de maiores problemas. ----- Que dizer então do apoio financeiro pedido ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), há cerca de três anos e que ainda não foi autorizado por aquela entidade. Isto sem esquecer o empréstimo de 7,5 Milhões de Euros ao FAM que vamos ter que pagar. Porque é que o executivo esconde essas informações desta assembleia? Por que razão o FAM ainda não aceitou o pedido da autarquia, que até era obrigada a pedir dada a situação de ruptura financeira estrutural e conjuntural? ----- Não sabemos o que se passa! Ninguém fora do âmbito restrito dos gabinetes do executivo parece saber! É a transparência do PS local! A população tem o direito de ser informada porque razão paga as taxas, tarifas e impostos pelo máximo permitido desde 2013, sem que a autarquia tenha ainda qualquer empréstimo a longo prazo concedido que obrigue a cumprir esse limite. ----- Nesta declaração de voto não colocamos, propositadamente, qualquer número retirado das contas porque entendemos que isso seria perda de tempo. Deixamos esse trabalho para as entidades que, sabemos, fiscalizam estes documentos, pois essas têm mais atributo e capacidade para os fiscalizar. ----- É isso que esperamos mais uma vez do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças (IGF), a quem desde já solicitamos que verifiquem todas as transferências e pagamentos da



Câmara à Empresa Municipal. Verifiquem também os valores das vendas de lotes na Área de Acolhimento Empresarial de Valado dos Frades e a ocupação dos terrenos correspondentes às áreas vendidas. Verifiquem os contratos programa. Verifiquem ainda se a AM deve aprovar, ou não, as contas da Empresa Municipal, pois nunca apreciámos nem votámos as contas por ser esse o entendimento da Mesa da AMN. Pouco se sabe desta empresa, além de ser um sorvedouro de dinheiros da CMN e SMN. -----

Verifiquem-se também todas as transferências para as Juntas de Freguesia ao abrigo dos protocolos de transferência de competências em vigor. Bem como todos os ajustes directos e todos os concursos da autarquia, pois estamos em crer que aí residirá também matéria que poderá não estar dentro da legalidade.-----

Estamos certos que muito mais se irá encontrar no futuro, como temos referido. Esta afirmação redonda no facto de as políticas exercidas por estes executivos do PS serem exactamente iguais às que foram exercidas pelos executivos do PSD, que foram largamente criticadas e que serão eventualmente punidas pelas entidades fiscalizadoras, como reporta o relatório da IGF aos exercícios de 2009 a 2012. Se hoje se executar uma nova inspecção, julgamos que o resultado não andarà muito deferente do último, a não ser para pior. -----

Como esta deliberação implica o completo conhecimento pela assembleia municipal do resultado anual da respectiva execução orçamental e da situação patrimonial da autarquia local, coisa que não conhecemos na totalidade, só nos resta votar contra.” -----

O Senhor Abilio Marques ausentou-se dos trabalhos. -----

3. PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – 2018 – Apreciação e votação

Não se registaram intervenções.-----

Colocado à votação, foi deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido

Socialista, três Abstenções da Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e cinco votos contra do Partido Social Democrata. -----

O Senhor Abílio Marques retomou o seu lugar. -----

Ausentou-se dos trabalhos o Senhor Joaquim Pequicho. -----

4. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – Apreciação e votação

O Senhor João Delgado questionou sobre o indicado no ponto 4 da informação sobre a sua aplicação à Câmara Municipal e ponto 5 sobre a não presença na presente sessão a informação dos compromissos assumidos.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que se pretende que futuramente seja feita a remessa da informação à Assembleia, tal como é efetuado pela Câmara.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que não houve listagens, dado não ter existido quaisquer assunções de compromissos plurianuais na Câmara Municipal.-----

Deliberado, por maioria, aprovar com quinze votos a favor do Partido Socialista, uma abstenção do Bloco de Esquerda e sete votos contra do Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária. -----

O Senhor João Delgado apresentou a seguinte declaração de voto:-----

“A Representação da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota CONTRA, neste ponto 4 da ordem de trabalhos, pelo seguinte: -----

Não concordamos que este ponto seja colocado a esta AM, porque sabemos que os compromissos plurianuais assumidos pelos Serviços Municipalizados, pelo menos até aqui, não são em número que justifique este pedido. É essa a nossa percepção, porque não vêm normalmente a esta AM pedidos dos SMN para autorização de compromissos plurianuais. -----

Acréscimo que se o pedido tivesse sido colocado junto com o seu Plano e Orçamento, a CDU teria



votado contra, tal como votou os documentos idênticos apresentados pela Câmara Municipal e que aparecem sempre em conjunto para serem votados. -----

Também o facto de não ser fácil fiscalizar a acção do Conselho de Administração dos SMN, pela obstrução crónica em prestar esclarecimentos à oposição da CDU, nos obriga a ter cuidados suplementares para não perdermos o conhecimento e assim exercer alguma fiscalização sempre que o pedido de autorização tiver que vir à AMN. -----

Por fim, temos que referir que a indicação de que virá a todas as sessões ordinárias da AM uma informação dos compromissos plurianuais assumidos ou não, cai por terra, porque como se pode provar hoje mesmo e aqui, essa indicação também está nas Normas de Execução do Orçamento da Câmara, aprovadas pelo plenário desta AM mas não foi cumprido. Ou seja, não está aqui contemplado nenhum documento do executivo ou dos serviços que indique à AM quais os compromissos plurianuais assumidos ou em vigor nesta data conforme estão obrigados. -----

Como já é habitual esta falta de informação da Câmara que não queremos ver equivalente nos SMN e por tudo o exposto, só nos é permitido votar contra.” -----

O Senhor Joaquim Pequicho retomou o seu lugar. -----

Sendo meia-noite, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a continuidade dos trabalhos, existindo a concordância total.-----

5. PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS – Apreciação e votação

Dada a palavra ao Técnico Superior Ricardo Mendes, apresentou o assunto e informou sobre as alterações que se pretendem implementar, que para o efeito devem ficar plasmadas no regulamento em apreciação.-----

O Senhor João Delgado questionou o Senhor Presidente da Câmara, se serão sempre os Serviços Municipalizados os supervisores da gestão dos serviços do Cemitério, tal como fez na sessão anterior realizada em dezembro de 2017, tendo este respondido afirmativamente.-----

Deliberado, por maioria aprovar, com uma abstenção do Senhor Abílio Marques. -----

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, E.M – UNIPESSOAL, LDA., REFERENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2017 – Conhecimento

O Senhor Presidente da Câmara informou que os técnicos responsáveis estavam presentes para eventuais esclarecimentos.-----

O Senhor Joaquim Pequicho no uso da palavra, referiu que se deve repensar as competências da Nazaré Qualifica e o quanto é preocupante a maneira como é gerida a empresa municipal. Verifica um esvaziamento das competências da Câmara Municipal, apesar de a lei assim o indicar, existindo uma grande distância nos processos de acompanhamento da atividade da Nazaré Qualifica.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não existe distanciamento nos processos por parte dos eleitos, sendo a Nazaré Qualifica uma entidade de direito privado, fazendo parte do Município, com contratos-programa firmados, não existindo falta de transparência.-----

O Senhor Abílio Marques recordou o que é referido no Relatório do Revisor Oficial de Contas, onde é referido a questão dos processos judiciais da Nazaré Qualifica relativamente aos trabalhadores e questionou como continuam a ser feitas contratações para os lugares que os trabalhadores dispensados desempenhavam.-----

O Senhor Joaquim Pequicho questionou sobre processos que correm em Tribunal contra a Nazaré Qualifica.-----

Na sequência, o Senhor José Sales lembrou os lucros obtidos pela Nazaré Qualifica.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não comentava o parecer do auditor da Nazaré Qualifica. Se for necessário poderão solicitar por escrito aos serviços a informação solicitada que será remetida ao Revisor.-----

Pretendendo esclarecer em definitivo todos os presentes, face a questões colocadas, informou que a Nazaré Qualifica não contratou ninguém para os lugares dos funcionários atrás citados.



Indicou que contratou agentes de fiscalização que irão atuar a breve prazo, que irão ter a correspondente formação. -----

Tomado conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e quarenta minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi. -----
